RELATÓRIO DE OFICINA PARTICIPATIVA
INFORMAÇÕES GERAIS
Tema da Oficina: Oficina Participativa de Consulta, Livre Prévia e Informada – CLPI. **Objetivo da Oficina:** Consulta Pública do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins. **Comunidade:** Povo Indígena Javaé (conjaba) – Aldeias: São João, Tahanare e Marani Hawa. **Local:** Escola Indígena Tamanare, aldeia São João - Ilha do Bananal, muncípio de Formoso do Araguaia. **Data:** 24 de setembro de 2025. **Duração:** 1 dia.
EQUIPE ENVOLVIDA
Moderador (a): João Martins **Relator (a)**: Ana Paula Mendes **Facilitador (a) Gráfico**: Não se aplica **Tradutor:** Janete Javaé **Técnico (a) em Comunicação**: Equipe Public **Recreador (a)**: Sávio Danrley **Articulador (a) Comunitário(a)**: Vantuíres Javaé **Representante do Poder Público**: Isabel Acker, Fabio Henrique, Srêwẽ Xerente (SEMARH) e Ricardo Javaé (SEPOT) **Outros participantes com papel relevante**: Ana Paula Mendes, Roseneide Caldeira, Ivan Guarani e Kohalue Karajá (Consultores TOCAR).
DIA 01: QUARTA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 2025
PARTICIPANTES 1. Kaylane Martin (aldeia Marani Hawa)

2. Xirohana W. Javaé (aldeia Marani Hawa)
3. Lahaware L. Javaé (aldeia Marani Hawa)
4. Gabriel Ibehuri (aldeia Marani Hawa)
5. Valdeni Waju Javaé (aldeia Marani Hawa)
6. Vanderson Suará (aldeia São João)
7. José Paulo Javaé (aldeia São João)
8. Eduardo H. Javaé (aldeia Tahanare)
9. Kuaxiru Javaé (aldeia Marani Hawa)
10. Helio W. Javaé (aldeia Marani Hawa)
11. Junior H. Javaé (aldeia São João)
12. Temanau Javaé (aldeia São João)
13. Adriana Kabimaru Javaé (aldeia São João)
14. Janune Javaé (aldeia São João)
15. Hakotxiaru Javaé (aldeia São João)
16. Ricardo Kawina Javaé (aldeia São João)
17. Adriela Atahiru Javaé (aldeia São João)
18. Txikaru Kubexiru Javaé (aldeia São João)
19. Cleiton Itxea Karajá (aldeia São João)
20. Iderexi Warasi Javaé (aldeia São João)
21. Macalene Javaé (aldeia São João)
22. Elson Myxiwoni Javaé (aldeia São João)
23. Mahuweredu Javaé (aldeia Marani Hawa)
24. Ximaruaki H. Javaé (aldeia Marani Hawa)
25. Creusa R. da S. Aguiar (aldeia Marani Hawa)
26. Ildevane da S. Machado (aldeia Marani Hawa)
27. Mário Iroa Javaé (aldeia São João)
28. Wanahiru Javaé (aldeia São João)
29. Heriò Javaé (aldeia São João)
30. Tuinaki K. Javaé (aldeia Marahi Hawa)
31. Junior Ohori Javaé (aldeia São João)
32. Mayara Maxikederu Javaé (aldeia São João)
33. André Kukahari Javaé (aldeia São João)
34. Mirian Hariwaki Javaé (aldeia São João)
35. Valtene Turadue Javaé (aldeia São João)
36. Simone Ratxu Javaé (aldeia São João)
37. Sawariki Jawariku Javaé (aldeia São João)

38. Kotxiaru Javaé (aldeia São João)
39. Lucilene Herinaru Javaé (aldeia Marani Hawa)
40. Diwaki (aldeia São João)
41. Hannah (aldeia São João)
42. Giselda Maria do Santos (aldeia São João)
43. Patricia M. da Silva (aldeia São João)
44. Lucivânia T. Javaé (aldeia São João)
45. Juraci Javaé (aldeia São João)
46. Naiana Wekeru Javaé (aldeia São João)
47. Valdez X. Javaé (aldeia São João)
48. Gisele (aldeia São João)
49. Rildo Javaé (aldeia São João)
50. Malawiru (aldeia São João)
51. Karahuku (aldeia São João)
52. Jodivan Javaé (aldeia São João)
53. Ruruca Javaé (aldeia São João)
54. Karahuku Javaé (aldeia São João)
55. Kakusi Karajá (aldeia São João)
56. Kauã Kobihete Javaé (aldeia São João)
57. Korihele Kurikala Javaé (aldeia São João)
58. Makuaré (aldeia São João)
59. Habenaki (aldeia São João)
60. Iraneide (aldeia São João)
61. Kõribete (aldeia São João)
62. Suleima (aldeia São João)
63. Morejai (aldeia São João)
64. Hugo Tubehete (aldeia São João)
65. Janete Javaé (aldeia São João)
66. Lucineia Javaé (aldeia São João)
67. Estela Javaé (aldeia São João)
68. Sokai Javaé (aldeia São João)
69. Devid Javaé (aldeia São João)
70. Nilza Xiromaru (aldeia São João)
71. Zérica (aldeia São João)
72. Chayane M. Javaé (aldeia São João)
73. Hatxiari Javaé (aldeia São João)

74. Osimar Ohori Javaé (aldeia São João)
75. Celio S. Javaé (aldeia Marani Hawa)
76. Luzivaldo K. Javaé (aldeia São João)
77. Lucileia H. Javaé (aldeia Marani Hawa)
78. Cintia (aldeia São João)
79. Ana Carolina (aldeia São João)
80. Margareth (aldeia São João)
81. Arlene (aldeia São João)
82. Weturi
83. Nadia (aldeia São João)
84. Miliku D. Javaé (aldeia São João)
85. Ijarua Javaé (aldeia São João)
86. Alex Ricardo (aldeia São João)
87. Ademir Kuxisini Javaé (aldeia São João)
88. Buraxia Ixohonio (aldeia São João)
89. Makijiji Kuaraji J.(aldeia São João)
90. Vantuíres Javaé (Formoso do Araguaia)
91. Darci (aldeia São João)
92. Haneraki Javaé (aldeia São João)

Abertura

As atividades da oficina participativa iniciaram às 09h22, com apresentação cultural.

Cacique Darci deseja as boas-vindas e diz que a dança cultural significa que estão alegres, com muita fartura na colheita.

Apresentam-se os caciques Eduardo (Tahanare) e Hélio (Marani Hawa) e as equipes do estado presentes.

O que é o JREDD+

Isabel (ponto focal do estado): inicia falando que os objetivos de hoje são conversar sobre a política pública JREDD+ e como as aldeias presentes querem ser beneficiadas com ela. Questiona se já ouviram sobre carbono e crédito de carbono. Registra os principais assuntos a serem tratados durante as atividades. Esclarece que esta consulta não começou hoje e que terminará hoje, e que até o momento foram realizadas, contando esta, 37 oficinas onde as comunidades foram

consultadas sobre a construção da política pública, que ainda não está pronta e que precisa da contribuição de todos para ser eficaz.

Rose (consultora Tocar): complementa, dizendo que a CLPI iniciou em setembro de 2024 e não irá terminar hoje. Convida os caciques Eduardo e Hélio e a tradutora Janete para exemplificar a fala. Explica que o JREDD+ tem tudo a ver com os modos de vida, não só dos indígenas, mas de todos que vivem no planeta.

Rose (consultora Tocar): convida os caciques: Eduardo e Hélio e a tradutora Janete para participarem de uma dinâmica para explicar as mudanças climáticas, mostrando que ações pontuais geram consequências sentidas por todos ao redor do planeta. Fala sobre o início das aldeias, quando eram em menor número e tinham necessidades menores, e que com o aumento da população aumentam também as necessidades de consumo. Afirma que o aumento do consumo humano demanda mais da natureza, o que está esgotando os recursos naturais.

Rose (consultora Tocar): explica que os governos pensaram em como as grandes empresas precisavam reverter os impactos ambientais que causavam, dando origem ao REDD, onde as empresas cumprem a legislação e recebem incentivos para produzir de maneira sustentável. Fala sobre a cartilha do ART-TRESS, explicando que, ao segui-la, os atores envolvidos recebem benefícios para trabalhar de maneira sustentável. Refere-se à sensação térmica, registrada às 10h20, dizendo que é semelhante à das 15h00, devido à diminuição da cobertura vegetal em virtude da produção.

Janete (tradutora): contribui com a tradução da explicação para inỹrybé.

Rose (consultora Tocar): acrescenta que o JREDD+ é a compensação de um grande financiador que compensa seus impactos no meio ambiente. Explica que o “R” significa redução; o “E” das emissões dos gases do efeito estufa e utiliza uma árvore para exemplificar a absorção de oxigênio, que é transformado em gás carbônico.

Srêwẽ (ponto focal do estado): comenta que em Palmas é mais quente do que nas aldeias devido à presença das árvores.

Rose (consultora Tocar): retoma, dizendo que as árvores funcionam como “limpadoras do ar” por meio da fotossíntese, retirando os gases pesados da

atmosfera e transformando-os em oxigênio. Faz uma analogia com o motor de carro para exemplificar a emissão de carbono, explicando que o JREDD+ prevê que só se recebe o benefício se houver redução das emissões, diminuindo os gases que estão aquecendo o planeta. Afirma que a cartilha trata da diminuição dos gases emitidos pelo desmatamento e degradação florestal, os chamados “DD” da sigla.

Kohalue (consultor Tocar): contribui com a explicação em inỹrybé.

Rose (consultora Tocar): reforça que é importante entender que todos temos responsabilidades enquanto viventes no planeta. Destaca que já somos 8 bilhões de pessoas no planeta e que o JREDD+ prevê que precisamos reduzir as emissões em benefício comum do planeta. Afirma que as comunidades indígenas estão inseridas no programa porque é um planeta só e todos compartilham as consequências a nível global. Menciona a seca do rio, que sofre com as consequências de todo o território que percorre. Explica que o programa também visa contemplar as comunidades que já preservam, pois sem aumentar os estoques de florestas não seria possível ter JREDD+. Destaca que a quantidade de redução de um período será transformada em recursos e que as compensações são feitas através de pagamentos.

Rose (consultora Tocar): informa que o Brasil realiza REDD+ desde 2012, tendo trazido recursos de vários outros países para o Fundo Amazônia, após comprovar as reduções de emissões para o planeta. Relata que o REDD surgiu em 1992, sendo um incentivo financeiro para controlar desmatamentos e degradações. Salienta que, como as comunidades indígenas não desmatam nem degradam, elas serão incentivadas para continuarem mantendo a preservação das florestas.

Convida Fabio para falar sobre a repartição de benefícios.

Cacique Darci (aldeia São João): contribui em inỹrybé.

Repartição de Benefícios

Fabio (ponto focal do estado): explica que existem vários tipos de créditos de carbono e que cada um é precificado de forma diferente. Para o estado do Tocantins, é utilizado o carbono florestal gerado pela redução dos gases do efeito estufa. Através do monitoramento, foram identificados o período de referência, entre

2015 e 2019, e o período de creditação, entre 2020 e 2024. Observa-se o desmatamento e a degradação (incêndios).

Fabio (ponto focal do estado): destaca que o estado do Tocantins é composto por 91% de cerrado, ecossistema adaptado ao fogo, desde que seja controlado. Ao passar o fogo, parte do estoque de carbono é perdido. Com base nesses dados, calcula-se o percentual perdido, atualizando o estoque de carbono em decorrência dos desmatamentos e degradações. Menciona o projeto privado de REDD da Ilha do Bananal. Dia que, a partir dos dados, foi possível observar resultados de redução de emissões, permitindo a implementação do programa de JREDD+. Faz uma analogia com a venda de artesanato para exemplificar a questão da venda em duplicidade. Explica que, em relação ao projeto privado da Biofix, será necessário "aninhar" o projeto privado, pois não se pode contabilizar duas vezes o mesmo carbono. A Biofix certificou créditos de 2,3 toneladas de CO_2, que serão subtraídos do total do programa jurisdicional do estado. Esse procedimento será adotado para todos os proponentes que desejem implementar REDD+.

Vantuíres (conjaba): questiona sobre as quantidades das toneladas do período de referência.

Suilá (aldeia São João): pergunta sobre um projeto de REDD+ que propuseram, mas que não foi aceito.

Fabio (ponto focal do estado): responde que o estado só pode aninhar projetos certificados, ressaltando que não é possível gerar e certificar créditos que já foram certificados.

Srêwẽ (ponto focal do estado): contribui, fazendo analogia com a venda de produtos de associados, explicando que não se pode vender algo duplicado. Afirma que o projeto da Biofix precisa ser abatido do total do estado para evitar duplicidade. Comenta também sobre o projeto que Suilá mencionou, destacando que os projetos precisam seguir as salvaguardas para que não sejam prejudicados. Ressalta que, para obter resultados com REDD+, é necessário contribuir com ações que diminuam as emissões de gases do efeito estufa, reduzir as queimadas na Ilha do Bananal e que todos precisam participar.

Fabio (ponto focal do estado): retoma, dizendo que os resultados das emissões precisam ser transformados em ativos. Explica que, ao reduzir uma tonelada de

emissões de gases de efeito estufa, gera-se 1 crédito de carbono. O Tocantins reduziu 23 milhões de créditos de carbono, que serão convertidos em recursos. A estimativa é que cada crédito de carbono florestal gerado pelo programa jurisdicional de REDD+ tenha valor estimado de R$ 82,50, totalizando um aporte potencial de R$ 1,02 bilhões de recursos a serem recebidos.

Rose (consultora Tocar): contribui, explicando que não está sendo negociado áreas ou hectares, mas sim reduções de emissões de gases de efeito estufa. Destaca que o estado saiu de um resultado de 69 milhões de toneladas para 13 milhões, comprovando que realizou o serviço ambiental para o planeta. Ressalta que o mercado valorizou o projeto de REDD da Biofix por estar inserido no projeto jurisdicional, o que credibilizou o projeto privado e somou esforços. Afirma que o estado está entregando ao povo Javaé o que é deles, o que eles já pagaram. Explica que o estado precisou realizar um pré-investimento para desenvolver o programa jurisdicional e que irá acompanhar todos os projetos futuros para garantir que sejam íntegros. Cita a resolução do Conaredd, publicada em julho, que estabelece que as Terras Indígenas podem ter programas de REDD+, mas precisam seguir as regras. Ressalta que os resultados da Biofix atenderão apenas aos indígenas Javaé, enquanto o programa jurisdicional atenderá todos os atores envolvidos.

Fabio (ponto focal do estado): acrescenta que a repartição de benefícios foi construída de forma técnica e cita o Fundo Amazônia como referência para o estado, que utiliza a metodologia “estoque-fluxo”, considerando não apenas as reduções das emissões, mas também a floresta em pé. Observa as categorias fundiárias dentro da jurisdição, atribuindo 50% para REDD e 50% para floresta em pé. Chega-se à proposta de divisão dos recursos: 50% para fortalecimento institucional e 50% para floresta em pé, sendo 25% para PIQPCTAF e 25% para pequenos, médios e grandes agricultores. Essa é a proposta que o estado está trabalhando.

Vantuíres (conjaba): contribui, dizendo que esta é uma proposta do estado que está sendo discutida de forma inclusiva com as outras aldeias. Explica que o objetivo do JREDD+ é reduzir as emissões e que a Ilha do Bananal entra na parte de floresta em pé e na parte de degradação, pois os incêndios são incidentes no território, sendo necessário diminuir a quantidade de degradação.

Governança

Rose (consultora Tocar): explica que os recursos do JREDD+ serão destinados ao Fundo Clima. Ressalta que o programa não resolve todas as questões pendentes, mas representa um mecanismo de acesso para ações pontuais voltadas à redução das emissões de gases de efeito estufa e ao enfrentamento das mudanças climáticas, uma vez que territórios fortalecidos funcionam como barreiras contra a degradação ambiental. Para que as decisões sejam tomadas de forma conjunta, destaca a governança como instrumento central na tomada de decisões. Aborda o funcionamento do COEMA, e explica que nele estão representados diversos órgãos responsáveis pela formulação e execução da política pública ambiental do Estado. Cita, ainda, a CEVAT como grupo de trabalho dentro do COEMA, destacando suas funções de acompanhamento, avaliação, monitoramento, fiscalização e garantia de transparência. A CEVAT é composta por 15 órgãos, entre eles: FUNAI, MPE, NATURATINS, COEQTO, FETAET, SEMARH, SEAGRO, entre outros.

Rose (consultora Tocar): Fala sobre os projetos que serão disponibilizados para as comunidades indígenas, serão as vias de acesso aos recursos do Fundo Clima. que E a oficina também serve como espaço para que as comunidades indiquem quais ações são prioritárias, garantindo que essas contribuições sejam consideradas na elaboração dos editais. E reforça que o Estado não gera créditos de carbono diretamente, mas monitora os resultados de emissão que estão em processo de creditação.

Vantuíres (conjaba): comenta sobre a escolha da entidade representativa, que é a ARPIT.

Suilá (aldeia São João): questiona se poderia ser outra organização.

Vantuíres (conjaba): explica que a única instituição apta a participar é a ARPIT.

Marquinhos (ARPIT): fala sobre a ARPIT, ressaltando que é uma entidade democrática dentro do movimento indígena e que é base da COIAB. Diz que a ARPIT trabalha em rede com bases nacionais. Informa que estão indo com 500 indígenas para a Ala Azul da COP30, e que o Tocantins tem 09 vagas para a Ala Azul. Afirma que a ARPIT fará uma contraproposta sobre a repartição de benefícios e que irá se reunir com o padrão ART-TRESS no Peru.

Srêwẽ (ponto focal do estado): direciona a votação para a escolha da entidade representativa e inicia a votação.

Os participantes aprovam a ARPIT, em maioria!

Intervalo para almoço: 12h30 – 14h18

Isabel retoma a oficina, fazendo um apanhado dos assuntos trazidos pela manhã.

Salvaguardas

Isabel (ponto focal do estado): inicia falando que as salvaguardas são formas de garantir que o programa respeite os povos indígenas e as florestas (biomas). Explica que o estado tem a obrigação de garantir o respeito às salvaguardas e informa que elas foram criadas na COP 16, em Cancun. Esclarece que COP significa Conferência das Partes uma reunião internacional voltada às discussões sobre as mudanças climáticas. Acrescenta que as ações de JREDD+ devem ter um triplo ganho: o fortalecimento das estruturas, das comunidades e do meio ambiente. Ressalta que as salvaguardas existem para minimizar os riscos negativos e ampliar os impactos positivos das ações. Afirma que os riscos sempre existirão, mas que as regras foram criadas para reduzi-los, e que o proponente neste caso, o Estado do Tocantins precisa segui-las rigorosamente. **A)** Todas as ações de JREDD+ devem respeitar as leis já existentes. Explica ainda o conceito de *Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI)*: é *livre* porque o Estado oferece condições para a participação; é *prévia* porque o crédito de carbono ainda não foi emitido e o programa está em fase de construção junto aos povos indígenas; e é *informada* porque o Estado está divulgando as informações sobre o processo em desenvolvimento. **B)** Transparência e eficácia das estruturas de governança: a governança deve ser transparente e eficiente, garantindo que todos saibam como as ações estão sendo conduzidas, que haja diálogo com as representações legítimas e que existam condições adequadas para reuniões e processos decisórios. Continua com a salvaguarda **C)** Respeito ao conhecimento dos povos: reforça que nenhum projeto do JREDD+ pode violar os modos de vida ou os saberes tradicionais, nem desrespeitar a legislação indigenista. Como exemplo, cita a *roça de toco*, prática tradicional que respeita a floresta nativa e o cerrado, representando um tipo de manejo florestal sustentável. Assim, não haverá proibição ou restrição a modos de vida tradicionais. **D)** Participação plena e efetiva: A participação deve ser ampla e efetiva de todas as partes interessadas, incluindo povos indígenas e comunidades

quilombolas. O Estado propõe uma estrutura de política pública que depende da contribuição ativa de todos para alcançar resultados efetivos.

Isabel observa que as salvaguardas apresentadas até esse ponto estão relacionadas aos aspectos sociais, enquanto as seguintes tratam da dimensão ambiental.

Salvaguarda **E)** Conservação das florestas e da biodiversidade: Explica que as ações devem ser compatíveis com a conservação das florestas naturais e da diversidade biológica, incentivando a proteção dos ecossistemas e seus serviços ambientais. Cita como exemplo um projeto que previa o plantio de eucalipto, o que não seria permitido, pois é necessário respeitar a floresta nativa. Lembra que o *Código Florestal* define os limites do uso do território, e o JREDD+ não financia iniciativas que causem degradação ambiental, mantendo-se sempre em conformidade com a legislação vigente. **F)** Prevenção de riscos e reversão de resultados: destaca a importância de prevenir riscos de reversão, como o aumento do desmatamento ou da degradação, e ressalta a necessidade de avaliar previamente os possíveis impactos negativos das ações. Menciona como exemplo a construção de um campo de futebol em área onde existe uma nascente, afirmando que essa prática não é possível, pois o programa financia somente ações que são voltadas à preservação ambiental. **G)** Redução do risco de deslocamento das emissões: explica que, caso o setor agroprodutivo não esteja igualmente envolvido, pode ocorrer migração de atividades para outras áreas, gerando novos focos de desmatamento. Por isso, é essencial o diálogo entre todos os setores.

Srêwẽ (ponto focal do estado): contribui, dizendo que as regras não foram escritas pelo estado e que é necessária a participação de todos para implementar o programa. Ressalta que todos os pontos são importantes para a transparência do programa.

Rose (consultora Tocar): contribui dizendo que as comunidades precisam ficar atentas, pois o programa envolve recursos financeiros, e que, quando o dinheiro entra, é preciso cuidar para não comprometer as culturas. Afirma que as salvaguardas e a governança são garantias de que isso não ocorrerá. Destaca que os recursos do JREDD+ não deixarão ninguém rico, mas servirão para fomentar os modos de vida, sendo um recurso ponte que ajuda a enfrentar situações difíceis.

Aconselha que as comunidades não esqueçam quem são e que têm capacidade de fazer por si mesmas, e que as salvaguardas são garantias que todos devem seguir.

João (moderador Plantuc): realiza uma fixação de aprendizado por meio de perguntas estratégicas aos participantes.

O grupo é dividido para levantamento de ações importantes em um grupo de homens e um grupo de mulheres. Após as discussões a plenária reuniu-se para consolidar as ações importantes.

Rose (consultora Tocar): faz uma ressalva de que o projeto CatraPovos é um tipo de salvaguarda. Compartilha a experiência do REM do Acre durante a pandemia, em que os produtores contribuíam com produtos para cestas que eram montadas e entregues aos necessitados, incluindo animais vivos, como peixes e galinhas.

Isabel (ponto focal do estado): retoma, explicando os próximos passos: as consolidações com conjaba e Icapib que ocorrerão nos dias 25/09, e a consolidação do povo Javaé que será dia 26/09.

Ouvidoria

Isabel (ponto focal do Estado) questiona aos participantes o que entendem sobre ouvidoria. Explica que no JREDD+ há a ouvidoria como um canal de comunicação voltado à busca de informações, ao envio de críticas e de elogios. Diz que o canal dispõe de meios de contato como e-mail, WhatsApp, entre outros, e ressalta que a ouvidoria está ativa há mais de um ano, recebendo, em sua maioria, solicitações de informação.

Explica a função da ajuda memória.

Convida Tuinaki para fazer a leitura da ajuda memória.

Após leitura os participantes foram convidados para assinar a ajuda memória e entrega dos certificados.

As atividades da oficina foram encerradas por volta das 18h00.

IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

1) VALORIZAÇÃO CULTURAL:

- Oficinas de dança, cânticos e histórias;
- Fortalecimento e valorização para influir;
- Oficina de artesanatos, pinturas, comida e medicina tradicional com anciãos;
- Remuneração para mestres dos saberes;
- Comidas típicas, cantos;
- Capacitação para produção artesanal indígena masculina;
- Óleo, carreta e materiais de construção para revitalização da casa de Ayunan.

2) ESPORTE E LAZER:

- Academia comunitária;
- Quadra de esportes e parquinho;
- Construção de campo de futebol de areia;
- Quadra poliesportiva (com gramado);
- Materiais esportivos (camisetas, bolas, entre outros).

3) SEGURANÇA ALIMENTAR:

- Plantio de banana, laranja e batata doce;
- Roça e horta comunitária da aldeia.

4) FORTALECIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES:

- Centro comunitário;
- Intercâmbio com outras aldeias e outros povos para mulheres;
- Criação de associação de mulheres;
- Aquisição de Starlink;
- Construção de galpão para guardar os maquinários;
- Embarcação fluvial;
- Aquisição de uma balsa;
- Aquisição de ônibus;
- Contratação de tratorista;
- Capacitações;
- Curso de informática e comunicação;
- Intercâmbios;

- Carros, motos e barcos;
- Criar uma associação de jovens empreendedores indígenas;
- Capacitar os jovens empreendedores indígenas para geração de renda;
- Apoio para transporte e para construção de local de eventos;
- Capacitação para formação de lideranças.

5) VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO TERRITORIAL:

- Drones;
- Helicóptero;
- Formação e capacitação de agentes de monitoramento e vigilância territorial;
- Fiscalização territorial.

6) GERAÇÃO DE RENDA:

- Cursos para mulheres em beleza, pintura tradicional, enfeites;
- Criação de pequenos animais (galinha);
- Óleo de tucum;
- Projeto de bovinocultura e bovinocultura sustentável;
- Piscicultura, avicultura e apicultura;
- Artesanatos;
- Cursos básicos profissionalizantes (informática, operador de máquinas, mecânico, pedreiro, eletricista);
- Psicultura de espécies de peixes nativos.

7) CAPACITAÇÕES:

- Curso de informática e comunicação;
- Cursos profissionalizantes (drone, corte e costura);
- Capacitação para jovens;
- Curso de fotógrafo;
- Curso de barbearia moderna.

8) CONSERVAÇÃO AMBIENTAL:

- Viveiros de mudas.

9) RESPONSABILIDADE DO ESTADO:

- Coleta de lixo;
- Saneamento básico e poço artesiano;
- Ampliação da escola (banheiros);
- Material didático adaptado à língua;
- Alojamento para professores;
- Cuidados com saúde mental;
- Incentivo para esporte;
- Casa de idosos, com cuidados e alimentação;
- Creches;
- Alojamentos para professores não indígenas;
- Rede de apoio para formação superior (moradia, transporte e bolsas);
- Construção de campo com iluminação e gramado;
- Gari na aldeia;
- Casa popular;
- Escolinha de futebol;
- Competições esportivas indígenas (intercâmbio).

Avaliações e resultados da oficina

Segundo os relatos dos participantes, a oficina foi bem-sucedida e reconhecida como um espaço importante de diálogo e cooperação. O encontro promoveu a valorização dos conhecimentos tradicionais e das vivências locais, garantindo o alcance dos objetivos propostos. As discussões contemplaram todos os temas previstos, resultando na definição de prioridades e na escolha dos representantes para a audiência pública. A atividade também reforçou a importância da participação social e o fortalecimento das parcerias entre comunidades, instituições e órgãos públicos.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

DIA 01: QUARTA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 2025

Credenciamento

Boas vindas (facilitação gráfica)

Boas vindas caciques presentes

Apresentação: governança

Assinatura ajuda memória